



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no
capitalismo**

O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO BRASIL EM CONTEXTO NEOLIBERAL

BRUNA ALMEIDA CABRAL¹

RESUMO

Este trabalho tem por proposta metodológica apresentar uma reflexão teórica a respeito do serviço social e o trabalho com famílias em contexto de neoliberalismo. Busca articular a histórica da profissão com as demandas impostas ao serviço social junto às famílias e fazer apontamentos sobre o reflexo da atual ofensiva do capital, de cunho neoliberal, em torno das políticas sociais, bem como as principais tendências para a perspectiva de atuação da prática profissional dos assistentes sociais.

Palavras - chaves: Serviço Social. Família. Política Social. Neoliberalismo

ABSTRACT

This work's methodological proposal is to present a theoretical reflection regarding social service and work with families in a context of neoliberalism. It seeks to articulate the history of the profession with the demands imposed on social work with families and make notes on the reflection of the current offensive of capital, of a neoliberal nature, around social policies, as well as the main trends for the perspective of the practice's performance professional social workers.

Keywords: Social Service. Family. Social Policy. Neoliberalism

I INTRODUÇÃO

O presente estudo foi motivado pela vivência enquanto residente nos cenários de prática da residência multiprofissional de saúde mental entre os anos de 2022 e 2023. Oportunidade na

¹ Universidade Federal do Espírito Santo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qual foi possível refletir e questionar acerca do papel do serviço social no trabalho com famílias, este objeto que aparece cotidianamente como demanda à profissão.

Diante da constante aproximação prática e teórica desse objeto dentro do serviço social, a proposta é que se realize uma reflexão teórica sobre a relação entre a profissão e as demandas de trabalhar com famílias. Podendo manifestar tendências ideológicas que estão se sobressaindo, ou não, nos espaços sociocupacionais da profissão.

Historicamente, a perspectiva conservadora do serviço social esteve em sua gênese, acompanhando a profissão até meados da década de 1965, quando no Movimento de Reconceituação emerge o questionamento sobre o significado político-ideológico do serviço social tradicional. “O serviço social surge e se desenvolve no interior do conservadorismo moderno, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador.” (NETTO, 2013, p. 27).

Este estudo procura, portanto, tratar a relação entre o serviço social e o trabalho com famílias, na intenção de que o artigo contribua para ampliação do conhecimento dos assistentes sociais, podendo gerar discussões e críticas qualificadas entre os profissionais sobre o seu trabalho e a demanda posta sobre o profissional com o trabalho com famílias, em meio a ofensiva neoliberal, apostando no distanciamento da concepção conservadora, que foi hegemônica na profissão durante muitos anos.

Para além leitores que são do serviço social, espera-se que esta pesquisa forneça elementos para potencializar a participação dos sujeitos, famílias e das comunidades nos processos de disputa política, na busca pela efetivação e ampliação dos direitos sociais. Quanto à relevância científica, espera-se um aprimoramento do conhecimento acerca da temática, servindo de meio para discussões acadêmicas.

Esta pesquisa estrutura-se em cinco partes. Na presente introdução, que abre a explanação sobre a referida temática e as motivações que fomentaram a pesquisa. Na segunda parte, inicia-se uma reflexão sobre o conceito de família, tanto na perspectiva conservadora, quanto na perspectiva crítica. Terceira parte, relacionamos a história do serviço social e o trabalho com famílias. Na quarta parte, abordamos a política social diante a ofensiva neoliberal e seus possíveis desdobramentos na profissão. Por fim, são apresentadas as considerações finais diante ao já exposto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

II FAMÍLIA

É comum o pensamento de que existe um modelo de família a ser seguido, um tipo natural, uma família tradicional, etc. Exemplo disso foi o lema utilizado pelo ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, durante seu mandato (2019-2022): “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. A categoria Família, segundo o ex-presidente, é definida na Bíblia como formada por um homem, uma mulher e seus filhos, diz ele:

A família está definida na Bíblia, mas está também na Constituição. Não podemos mudar a nossa sociedade. Somos isso que está aqui, um homem, uma mulher e os seus filhos. É isso que nós queremos. Não podemos deixar que mudem isso em nosso Brasil (Bolsonaro, 2022 apud Correio Braziliense, 2022).

É possível dizer que essa pauta cativou vários eleitores na defesa pela “família tradicional brasileira” contra o que, segundo Bolsonaro, a política presidencial anterior queria: considerar qualquer ajuntamento como família (Bolsonaro, 2021 apud Correio Braziliense, 2021).

Engels (2016), apoiando-se em diversas literaturas, mas, principalmente no trabalho do antropólogo estadunidense Morgan (apud ENGELS, 2016), escreveu que a família é produto de um longo processo histórico, dessa maneira, a constituição da família monogâmica pouco tem relação com o amor sexual individual. Ele traz que a origem da palavra Família não está relacionada ao seu significado ideal de sentimentalismo e relações domésticas, mas sim ao conjunto dos escravos de um proprietário romano, o que nos dá pistas de como se deu a real construção dessa instituição.

Morgan (apud ENGELS, 2016) teve seu mérito ao estudar as diversas formas de famílias existentes ao longo da história humana, sendo a Família Sindiásmica a que investiu mais trabalho, forma encontrada entre os povos Iroqueses, indígenas norte-americanos localizados em Nova Iorque, mais particularmente as tribos dos Senekas, as quais possuem um sistema de parentesco diferente da sociedade moderna e que possibilitaram o destrinchar de outros formatos de família.

Os estudos de Engels (2016) e Morgan (apud ENGELS, 2016), refutam a ideia de que existe um tipo de família tradicional, natural e que não possa sofrer transformações.

Engels traz que:

Encontramo-nos frente a uma série de formas de família que estão em contradição direta com as até agora admitidas como únicas válidas. A concepção tradicional conhece apenas a monogamia, ao lado da poligamia de um homem e talvez da poliandria de uma mulher, silenciando - como convém ao filisteu moralizante - sobre o fato de que na prática aquelas barreiras impostas pela sociedade oficial são tácita e inescrupulosamente transgredidas. O estudo da história primitiva revela-nos, em vez disso,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um estudo de coisas em que os homens praticam a poligamia e suas mulheres, a poliandria, e em que, por consequência, os filhos de uns e outros tinham que ser considerados comuns. É esse estado de coisas, por seu lado, que, passando por uma série de transformações resulta na monogamia. Essas modificações são de tal ordem que o círculo compreendido na união conjugal comum, e que era muito amplo em sua origem, se estreita pouco a pouco até que, por fim, abrange exclusivamente o casal isolado, que predomina hoje (ENGELS, 2016, p. 37, grifos nossos).

Conforme Lessa (2012), ao romper as relações sociais comunitárias, a família torna-se figura central na reprodução das relações sociais movidas pelo contexto da propriedade privada. Dessa forma, a divisão social das tarefas, a partir da propriedade privada, irá destinar às mulheres tarefas referentes ao cuidado com o lar e o que ele representa, como, por exemplo, os cuidados em relação aos filhos, a alimentação e reprodução de herdeiros daquela propriedade. Já para o homem, será designado o lugar público, como comercialização, trocas, mediação de conflitos externos, etc. Como bem comenta Lessa (2012):

As tarefas de cuidar das crianças, do preparo da alimentação, do local de moradia etc. são convertidas em atividades privadas, realizadas para cada proprietário. É a gênese da família monogâmica, patriarcal. À mulher, despossuída de propriedades, são impostas tarefas que não geram riqueza e, contudo, são imprescindíveis para a reprodução biológica. (LESSA, 2012, p. 43)

E segue dizendo, “[...] o feminino se converte em uma existência privada centrada nela própria, localista: “do lar”. Sua vida se resume à ordem e à produção doméstica” (LESSA, 2012, p. 43).

A autora, Stevens (2017), a partir dos seus estudos sobre as relações sociais de sexo, irá trabalhar o conceito de “dispositivo materno”, onde ela compreende que diz respeito à experiência do ser mulher em nossa cultura atual.

A função do cuidar, utilizando como base a capacidade procriadora, foi historicamente atribuída às mulheres (BADINTER, 1980; DEL PRIORE, 2009 apud STEVENS, 2017). Cabe às mulheres, em nossa cultura, a função de criar e cuidar dos filhos. E não só deles, a maternidade se estende à domesticidade: há uma naturalização de que os cuidados da casa, dos membros da família e do ser para o outro é um dever da mulher” (ZANELLO, 2016, p. 571).

Por isso, se faz necessário apreender a dimensão ideológica da família e seu papel na reprodução da “síndrome de subserviência alienada” (MÉSZÁROS, 2002 apud HORST, 2018). Tal ponto é central no combate das ideias, contra a eternização – via natural ou divina – da família, e do modo de produção que a particulariza no tempo presente e sobre o qual essa idealização se constitui. (HORST, 2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como visto, a fala de Bolsonaro faz defesa aos valores que a instituição da família carrega e reproduz, apontado por ele, como um valor natural. Isto porque, a perpetuação dos valores pela família monogâmica é imprescindível à reprodução da ordem dominante na sociedade de classes e Bolsonaro representa o conservadorismo em sua face mais extrema. É, portanto, impensável para o capital pensar em possibilidades de transformações que sejam de natureza estrutural.

Assim, “a ideologia dominante tem interesse patente na preservação do status quo, no qual mesmo as desigualdades mais clamorosas estão “estruturalmente” entrincheiradas e protegidas” (MÉSZÁROS, 2008, p. 07). A nosso ver, a família idealizada é uma dessas trincheiras mais preservadas no esforço de manutenção do status quo. (HORST, 2018)

A família tem um duplo papel nessa sociedade, como bem aponta Meszaros apud Horst (2018), o mais conhecido é o da *reprodução biológica das espécies e a transmissão da propriedade privada*, mas também em relação à reprodução da ordem de valores da ordem dominante.

III SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COM FAMÍLIAS

O processo de formação social brasileiro foi influenciado pelas doutrinas da igreja católica trazida pelos povos colonizadores, a fim de impor e formar uma cultura violenta e de silenciamento dos povos originários e, mais pra frente, uma consciência disciplinadora e coercitiva sobre o modo de vida da classe trabalhadora durante a fase monopólica do capital.

Nesse quadro, a idealização e responsabilização da família e a designação de papéis dentro desse núcleo familiar, são traços também da influência religiosa-patriarcal europeia, apropriadas e reatualizadas pelo capital sob diferentes graus de consciência, a ver também com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

[...] a perspectiva conservadora romântica da Igreja vai resgatar e idealizar a família e a comunidade a partir das relações que ordenaram o conjunto da vida social no passado, sem levar em consideração que historicamente estas relações foram redimensionadas pela sociedade capitalista.” (PEREIRA, 2013, p. 31)

O debate sobre a temática da família no Serviço Social, apesar de não ser algo novo, reconhecemos que ainda pode avançar na formação profissional. Isso para que se evite a despolitização ou uma falsa ideia de “ajuste familiar”. É necessário lembrar das diversas mediações que cercam as relações sociais e que também estão contidas nas

expressões da questão social e não cair em determinismos que podem direcionar a visões explicativas de “problemas familiares.”

Apesar da profissão ter rompido com suas bases conservadoras e ter conquistado hegemonicamente uma perspectiva crítica vinculada às concepções marxistas, compreendemos que as disputas por hegemonia coexistem com o processo de assimilação de tais concepções. O conservadorismo e as tendências neoconservadoras do capitalismo tardio se apresentam mascarados com formas modernas, mas que fincam raízes nas lógicas da responsabilização, da adaptação, do conformismo com a ordem social, podendo ser absorvidas no agir da profissão.

Ao longo do século XX, o trabalho com famílias foi sendo explorado pelos profissionais do Serviço Social sob diferentes visões. Uma delas, a estrutural-funcionalista, segundo Horst e Miotto (2017) influenciou a entrada da teoria sistêmica nas práticas com famílias e boa parte da produção de conhecimento sob essa ótica durante a década de 1970. Mais tarde, já na década de 1980, surge o chamado “Serviço Social Clínico”. “Ela aparece e se consolida pela sua lógica explicativa dos “problemas familiares” e pela apresentação de formas “eficazes” de responder às demandas postas. Ou seja, supostamente, traz respostas operativas ao cotidiano profissional.” (HORST; MIOTO, 2017, p. 234)

Há nessa teoria uma inclinação “a explicar a dificuldade apresentada pelos indivíduos a partir da estrutura e dinâmica familiares” (HORST; MIOTO, 2017, p. 234), que irá de encontro a responsabilização e culpabilização das famílias nesse processo. Durante a década de 1990, agora sob a lógica do Estado neoliberal, as “velhas” práticas profissionais irão reaparecer no cotidiano sob novas roupagens e também a centralidade da família nas políticas sociais, retornando a influência de cunho estrutural-funcionalista.

Podendo encontrar práticas e direcionamentos neoconservadores, que dão embasamento aos velhos discursos profissionais sobre o papel da família na sociedade de classes. Lembrando que também estão contidos no processo de construção da consciência dos sujeitos em formação, pela lógica dominante que a instituição da família representa na reprodução e reafirmação de papéis sociais e de valores para o modo de vida capitalista.

IV FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL

Horst e Miotto (2017) mostram como o Estado de capitalismo dependente sempre pôs as famílias da classe trabalhadora como instância central na configuração da proteção brasileira e

referência na estruturação das políticas sociais, como saúde, educação, previdência. “Essa confluência perversa para as famílias – mas nada para o capital - sempre acarretará sobrecarga e culpabilização das famílias e, principalmente, das mulheres.” (HORST; MIOTO, 2017, p. 232)

Mioto, Teixeira e Tavares (2011) apresentam a ideia da falência, que seria a crença na dificuldade da família em mudar comportamentos e estilos de vida e uma suposta incompetência de se articular em redes de solidariedade. Conformando a família nesse papel de provisão do bem-estar de seus membros, e conseqüentemente, retirando a responsabilidade (coletiva, por meio) do Estado por essa provisão.

Concomitantemente, o Estado neoliberal, ausente de responsabilidades com a proteção social, garante lucro ao capital ao colocar nas mãos do mercado e da “sociedade civil” as possibilidades de gerir programas sociais. Logo, o pluralismo de bem-estar social tem como um dos seus objetivos o retorno da família, organizações não governamentais e mercado enquanto fontes privadas de proteção social, com participação ativa nos modelos de proteção social de viés neoliberal. (CARDOSO; TEIXEIRA, 2014, p. 80)

O aparecimento de tal fenômeno, segundo Mioto et al. (2018), ocorreu após o declínio do Estado de bem-estar social existente em alguns países do capitalismo central e a introdução do modelo neoliberal, difundido em vários países do mundo, movimento que destacou a família na estruturação da proteção social. Tal processo se deu com base no conceito conservador sobre família, entendendo-a como meio natural de proteção, portanto, necessariamente central na elaboração das políticas sociais.

O autor que cunhou esse termo, *familismo*, foi o sociólogo Esping-Andersen (MIOTO et al., 2018), que “[...] aponta o familismo como um importante traço cultural na identificação e entendimento dos respectivos sistemas de proteção social” (CARDOSO JR, 2003 apud MIOTO et al., 2018). A partir de seu livro *Social foundations of post-industrial economies* (1999) o termo é introduzido no debate sobre as relações entre política social e família.

Para Esping-Andersen, o familismo está presente nos sistemas de proteção social à medida que “a política pública considera - na verdade insiste - em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros (ESPING-ANDERSEN, 1999, p. 05 apud MIOTO et al., 2018, p. 4)

O grau de presença do familismo se dá pelo quantum de proteção que está sendo assumido pelo Estado e pela família. O contrário do familismo, segundo o sociólogo, é a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desfamiliarização, que “[...] ocorre quando os regimes de bem-estar abrandam a responsabilidade familiar em relação a provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado” (MIOTO 2009 apud MIOTO et al. 2009, p. 4). Portanto, “[...] a desfamiliarização pressupõe a diminuição dos encargos familiares e a independência da família especialmente em relação ao parentesco, através de políticas familiares/sociais” (MIOTO 2009 apud MIOTO et al. 2009, p. 4).

A família como eixo central das políticas sociais num contexto neoliberal é novidade, o que justifica a existência da categoria *familismo*, porém, a negligência do Estado com a tarefa do cuidado não é nenhuma novidade. Por muitos anos o cuidado foi delegado para a esfera privada da vida social, sendo atribuídos às mulheres da família. Isso ocorre também porque há uma naturalização do papel do cuidado às mulheres da família pela sociedade patriarcal, como já visto acima.

Cuidar normalmente é entendido como um serviço doméstico e pessoal não pago, fundado em relações sociais de casamento e parentesco. Essa prontidão para o cuidado com base em vínculos de solidariedade familiar era tida como normal e adequada nas sociedades (DALY e LEWIS, 2000). O cuidado era baseado em papéis e tarefas específicas de gênero, de acordo com os valores culturais e os modelos peculiares de cada grupo social (PFAU-EFFINGER, 2005). (PASSOS [s.d], p. 3)

Não há como afirmar que isso tenha mudado, já que em muitos aspectos o cuidado ainda não é visto como um trabalho. Quando ocorre a incorporação da família nas políticas públicas, o seu papel como o principal meio de proteção e provedora do bem-estar de seus membros não é deslocado. Ele ocorre justamente para ampliar a responsabilidade do cuidado sobre a família dentro do Estado neoliberal brasileiro. Como irá afirmar Cronemberger e Teixeira:

Na contemporaneidade, a família passa a ser valorizada como importante espaço de proteção dos indivíduos, (re)emergindo como locus privilegiado e adequado ao desenvolvimento humano e social, recaindo sobre ela um conjunto de atribuições num contexto de grave crise econômica, e fiscal do Estado e precarização dos serviços públicos, numa clara redução das responsabilidades do Estado. (CRONEMBERGER, TEIXEIRA, 2011, p. 3)

A incorporação da família nas políticas públicas brasileiras, conforme Mioto (2004) ocorreu de forma bastante tensionada, dentre variados projetos de incorporação em termos de proteção social e societário (CRONEMBERGER, TEIXEIRA, 2011). Existindo duas tendências em destaque, a tendência familista e a protetiva.

A tendência familista traz a centralidade da família, com destaque para a capacidade de cuidado e proteção. *Nela as famílias devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de seus membros, enquanto canal natural de proteção social, junto com o Estado, mercado e organizações da sociedade civil. (CRONEMBERGER, TEIXEIRA, 2011, p. 3).

Já a tendência protetiva, defende que a capacidade de cuidados e proteção da família está diretamente relacionada à proteção que lhe é garantida através das políticas públicas, como instância a ser cuidada e protegida, enfatizando a responsabilidade pública. (Ibid.p. 3).

Portanto, em qual projeto de sociedade a centralidade da família se encontra? Esta é uma pergunta também feita pelas autoras citadas acima em seu artigo. As autoras chegaram à hipótese de que:

[..] o projeto protetivo expresso na responsabilização do Estado pela proteção social, presente na Política de Saúde e de Assistência Social, convive e está entrelaçado com o projeto familista, à medida que a proteção oferecida busca sempre contrapartidas que aumentam as responsabilidades familiares, sobrecarregando as famílias vulneráveis. (CRONEMBERGER, TEIXEIRA, 2011, p.6)

Deve-se considerar que projetos de sociedade influenciam nas tendências ideológicas das profissões e há uma forte tendência diante ao contexto neoliberal e dos rumos fascizante - que não só o Brasil, mas outros países vêm tomando - de aproximação com perspectivas neoconservadoras prática profissional.

A base do capitalismo é alicerçada em relações sociais de produção (e legitimada pela propriedade privada capitalista) que desagregam os indivíduos em partículas atomizadas no mercado, produzem e reproduzem enormes desigualdades sociais e acabam por resultar – não mecanicamente – numa superestrutura ideológica alienadora, que busca justamente mascarar a origem histórica e os fundamentos econômicos, sociais e políticos das desigualdades, dominações e opressões. (CASTELO, 2013, p. 65)

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para verificar tais proposições acima, modificando a pergunta para: qual projeto de sociedade e de família o serviço social atual está vinculado? Seria necessária uma nova pesquisa, pois esta teve suas limitações metodológicas. Acreditamos que uma pesquisa de campo nos variados locais ocupacionais do serviço social, seria enriquecedora para contribuir na análise sobre a pergunta destacada pelas autoras.

Esta pesquisa limita-se nesse sentido, pois não teve a pretensão de ir a campo e demonstrar empiricamente qual a hegemonia mais atual que a profissão está se vinculando, mas de fazer apontamentos pertinentes, tanto para pensar o atrelamento entre o trabalho dos assistentes sociais e a relação com a família, algo que foi historicamente demandado nas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

instituições; a relação da profissão com a perspectiva conservadora; o trabalho junto as políticas sociais e a perspectiva da própria política com a centralidade da família. São mediações históricas que devemos ficar atentos e sempre pontuar para não se repetir e/ou manter.

Acreditamos a perspectiva protetiva é a mais adequada e que mais se encaixa em nosso projeto ético político, defendemos essa atuação e criticamos a perspectiva familista. Com todas as problemáticas já pontuadas na fundamentação teórica, acrescentamos que a perspectiva de romantização e retorno ao estado de bem-estar social – que nunca houve no Brasil – é um tipo de reformismo vinculado ao neoconservadorismo, de manutenção da ordem existente. Tal manutenção permite a subsunção do trabalho ao capital que tem como cerne a reprodução das expressões da questão social.

Com isso e baseado na defesa do projeto ético político da profissão, apontamos o caminho do enfrentamento à ordem posta para um horizonte livre de todas as formas de opressão, vinculado as defesas dos direitos humanos e com uma perspectiva de emancipação da subjugação humana, na forma de classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

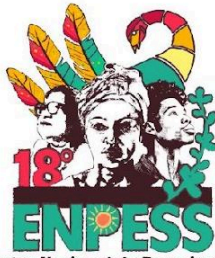
CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. Expressão popular, 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. **Em evento, Bolsonaro restringe família a “um homem, uma mulher e filhos”**. 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Bolsonaro: Família passou a ser união de quaisquer duas coisas e não o que Deus ensinou**. 2021.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, Solange Maria. **A centralidade da família nas políticas sociais de atenção básica: qual projeto e direção do trabalho social com famílias?**. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

HORST, Claudio Henrique Miranda et al. **Família, marxismo e serviço social: desvendando o invólucro místico**. 2018.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 15, n. 40, 2017

LESSA, Sergio. **Abaixo A Família Monogâmica!**. Ed. Instituto Lukács. São Paulo, 2012.

LESSA, Sérgio. **A atualidade da abolição da família monogâmica**. Revista Crítica Marxista, v. 35, p. 41-58, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. Boitempo. 2002.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo: 2008.

MIOTO, R. C. T. **“Que família é essa”** In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (orgs.). Trabalho com famílias: textos de apoio, v.2, São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

MIOTO; Regine Célia Tamaso; NUNES, Renata; MORAES, Patricia Macarini; HORST, Claudio Henrique Miranda. **O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira**. XVI ENPESS. Vitória, 2018.

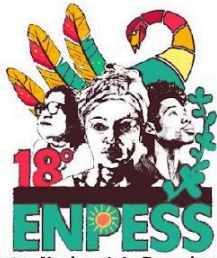
MIOTO, Regina Célia Tamaso; TEIXEIRA, M.; TAVARES, M. H. **Família, gênero e assistência social**. CFESS. O Trabalho do/a assistente social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011.

MIOTO, R. C. T.. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et. al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 130-148

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. Cortez Editora, 2014.

PASSOS, Rachel G. **Entre o assistir e o cuidar: tendências teóricas no serviço social brasileiro**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 40, 2017

PEREIRA, Raffaella Pedroso. **O projeto profissional crítico e a intervenção dos assistentes sociais nos hospitais gerais do município de Juiz de Fora – MG**. Dissertação (mestrado),



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013

STEVENS, C., OLIVEIRA, S. D., ZANELLO, V., SILVA, E., & PORTELA, C. **Mulheres e violências: interseccionalidades.** (2017)

ZANELLO. **Saúde mental, gênero e dispositivos.** In: DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jader; MACEDO, João Paulo; DANTAS, Candida. (Orgs.). Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais. São Paulo: Intermeios Cultural, 2016. p. 223-246.